ISSN Impresso: 1809-8320
ISSN Online: 2675-2638
http://integracao.unifip.edu.br/

Escolas do campo e o desenvolvimento de práticas agroecológicas alinhadas aos ODS em comunidades rurais de Canindé-CE

Country schools and the development of agroecological practices aligned with the ODS in rural communities in Canindé-CE

Mariana Maria Gomes Sampaio[1], Aline Carla de Medeiros[1,2,3], Maria Alexandra Abreu de Sousa[1], Patricio Borges Maracaja[3,4] , Raimundo Jackson Nogueira da Silva[1], Maria Zilma Sampaio Rocha [1], Sângela Maria Pereira dos Santos[1] Gonçalves Marques Rocha Filho[1], Alan Del Carlos Gomes Chaves[1,2] e Luzenir Paiva Maciel de Abreu[1]

RESUMO: Por muitos anos, a educação do campo foi negligenciada nas políticas educacionais, o que contribuiu para que crianças e jovens não se reconhecesse como sujeito protagonista de seu processo de formação. Por isso, é essencial promover o sentido de pertencimento do sujeito do campo, integrando os conteúdos da educação ambiental com os princípios da educação do campo. Conhecendo a educação como mecanismos de desenvolvimento social, e, portanto, deve ser conduzida de maneira eficaz, contextualizada e com significado, visando à transformação da sociedade na qual o sujeito está inserido. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo conhecer a escola do campo e o desenvolvimento de práticas agroecológicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entendendo essa realidade nas comunidades rurais de Canindé trazendo como referencias autores como Haydu (2019), Caldart (2015), Souza (2020). Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangendo estudos sobre educação ambiental, educação do campo e suas inter-relações.

Palavras chaves: Ensino, Agroecologia; Agricultura familiar

ABSTRACT: For many years, rural education has been neglected in educational policies, which contributed to children and young people not recognizing themselves as protagonists of their own learning process. Therefore, it is essential to promote a sense of belonging among rural individuals by integrating the contents of environmental education with the principles of rural education. Understanding education as a mechanism for social development, it should be conducted effectively, contextually, and meaningfully, aiming at transforming the society in which individuals are situated. In this context, the present study aimed to explore rural schools and the development of agroecological practices aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs), understanding this reality in the rural communities of Canindé, drawing on references from authors such as Haydu (2019), Caldart (2015), and Souza (2020). To achieve this, a bibliographical review was conducted, encompassing studies on environmental education, rural education, and their interrelations.

Keywords: Teaching, Agroecology; Family farming

DOI: 10.61223/integrcao.v5i2.74

1 Alunos e Egresos do Programa de Pos Graduação em Sistemas Agroindustriais (PPGSA) do Centro de Ciências Agroalimentar (CCTA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Pombal – PB E-mail: goncalvesrocha10@gmail.com sangelamaria405@gmail.com; alinecarla.edu@gmail.com; alandelcarlos78@gmail.com;
2 Programa de Pos Graduação em Engenharia de Processos (PPGEP) Centro de Ciencias e Tecnologia da Universidade Federal de Campina Grande – PB – Brasil CCTA/UFCG E-mail: alinecarla.edu@gmail.com; ; alandelcarlos78@gmail.com
3 Professores do Programa de Pos Graduação em Sistemas Agroindustriais (PPGSA) do Centro de Ciências Agroalimentar (CCTA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Pombal – PB E-mail: patriciomaracaja@gmail.com; alinecarla.edu@gmail.com
4 Bolsista do CNPq /INSA – Instituto Nacional do Semiarido – Campina Grande – PB E-mail: patriciomaracaja@gmail com

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais trazem algumas interrogações importantes para a educação do campo. Assim, nessa perspectiva, trazemos uma abordagem de práticas agroecológicas tendo como ponto essencial a "sustentabilidade" como pilar para a política pública, voltadas para práticas agroecológicas em comunidades rurais. Qualquer política relacionada à sustentabilidade deveria ser defendida a priore pela população que sente na pele o desrespeito com a natureza, através do aquecimento global, terras salinizadas e desertificadas entre outras situações que interferem diretamente no desenvolvimento do ser humano na terra sem gerar sérias contradições.

A Educação do Campo possui como base as lutas da população do campo, por políticas públicas, reforma agrária e educação, como conceitua Roseli Caldart (2002, p.26), o tripé balizado em: campo, política pública e educação, e a relação entre esses termos que constitui o que chamamos de Educação do Campo. Ainda com a autora, ao discutir Educação do Campo, considera que

> *Educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as às suas necessidades humanas e sociais, [...] não pode ser tratada como serviço, nem como política compensatória; muito menos como mercadoria. (Roseli Caldart, 2002, p. 26).*

A Educação Ambiental e a Educação do Campo são integralmente aliadas, especialmente quando analisadas sob a perspectiva do desenvolvimento humano em harmonia com a natureza e com o território ao qual pertencem (Marian et al 2021). Ao buscarem alternativas sustentáveis para a produção de alimentos e a conservação da natureza, seus princípios se complementam, tornando os movimentos ecologistas e os educadores do campo únicos em suas abordagens.

Esses movimentos sociais criticam os modelos capitalistas, que desumanizam as populações e promovem o distanciamento entre o ser humano e a natureza. Segundo Loureiro (2004, p. 67), essa crítica é fortalecida pela aproximação de educadores, principalmente os envolvidos com a educação popular, e instituições públicas de ensino com militantes de movimentos sociais e ambientalistas, com foco na transformação social e no questionamento profundo dos padrões industriais e de consumo consolidados no capitalismo.

Em 1999, a Lei Federal nº 9.795 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que define a educação ambiental como "os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e à sua sustentabilidade".

Os objetivos da Educação Ambiental, assegurados por lei, se entrelaçam com os princípios da Educação do Campo, criando um diálogo entre essas duas grandes áreas do conhecimento para promover uma educação

digna e contextualizada para as populações rurais. Nesse contexto, as Escolas Famílias Agrícolas surgem como uma alternativa à educação tradicional no meio rural. Essas instituições adotam a Pedagogia da Alternância, que permite aos estudantes manter vínculos com suas famílias e territórios de origem, além de incentivar a produção de alimentos de maneira mais justa e sustentável.

A Pedagogia da Alternância vai além da simples movimentação entre diferentes tempos e espaços. Seu principal objetivo é a formação integral do estudante, oferecendo múltiplos territórios de aprendizagem e envolvendo uma ampla variedade de educadores, proporcionando uma educação mais abrangente e conectada à realidade local.

Os Instrumentos Pedagógicos são ferramentas essenciais para a construção do conhecimento nas escolas do campo. Sua aplicação deve promover o diálogo entre os conhecimentos técnico-científicos dos professores e monitores e os saberes locais, provenientes do cotidiano e das práticas dos estudantes. Esse intercâmbio possibilita que os alunos, suas famílias e a escola compartilhem e construam novos conhecimentos, por meio da (re)construção, ressignificação e reflexão das aprendizagens vivenciadas.

Percebem-se confluências entre os conceitos e práticas da Educação do Campo e da Educação Ambiental alinhados as metas dos ODS dependem, em grande parte, da educação e conscientização das pessoas (membros da sociedade civil, governos e empresas), torna-se de extrema importância que a sustentabilidade seja um tema abordado na educação formal e ambiental. A iniciativa traz 17 objetivos relacionados ao meio social como o fim da fome e da pobreza, a ação contra mudanças climáticas, o combate à desigualdade e à injustiça, a promoção dos direitos humanos, entre outros desafios. Empresas, ONGs e governos do mundo todo podem — e devem — adotar os ODS em suas estratégias (Abreu et al 2024).

Os ODS devem ser cumpridos até 2030 e são destinados a guiar as ações de governos, organizações da sociedade civil, setor privado e cidadãos em todo o mundo. Uma característica importante é o princípio de "não deixar ninguém para trás", ou seja, garantir que todos os indivíduos e grupos sejam beneficiados pelo desenvolvimento sustentável, independentemente de sua condição econômica, social ou geográfica.

A inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas escolas tem se mostrado uma abordagem significativa para conscientizar e engajar crianças e jovens em questões globais e locais relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Ao incorporar esses objetivos no currículo e nas atividades extracurriculares, as escolas desempenham um papel crucial na formação de cidadãos responsáveis, críticos e comprometidos com a construção de um futuro mais sustentável (Rodrigues et al, 2007) .

Ao promover a educação do campo como foco central na sustentabilidade, percebe-se que há uma necessidade de incentivar os alunos a participarem de ações práticas, as escolas contribuem para a formação de indivíduos conscientes, empáticos e preparados para enfrentar os desafios do século XXI. Ademais, os jovens podem se tornar agentes de mudança, influenciando suas famílias, comunidades e a sociedade em geral a unirem

esforços em prol do desenvolvimento sustentável. Essa abordagem permite que os estudantes se tornem verdadeiros protagonistas na construção de um mundo mais equitativo, ambientalmente consciente e socialmente responsável.

Firma-se um grupo cada vez mais ativo de lideranças e, especialmente, de professores preocupados em construir uma escola mais comprometida e engajada com seus projetos de futuro. Algumas perguntas surgem como emergentes “que tipo de ensino fundamental nós temos? (...). Esse ensino fundamental tem ajudado a resolver os nossos problemas” (Souza, 2003, p. 62)

Porém, ao buscar trazer para dentro da escola ou inserir a escola nesse contexto, os professores reconhecem que “hoje seguimos muitos caminhos” e uma escola comprometida com os seus problemas, em especial com os desafios de encontrar novos caminhos de sustentabilidade interna, confronta-se, também, com essa dimensão do problema. Os caminhos internos de maior autonomia, visualizados em cada área indígena hoje, são múltiplos. Temos então a escola como um espaço de encontro dessas múltiplas demandas, o que vem muito bem analisado por Cavaliere (2009), Buarque (2008), Sanchs (2004) Adotam abordagens cuidadosas ao tratar dos aspectos educacionais, destacando a educação como essencial para o desenvolvimento devido ao seu valor intrínseco, desempenhando um papel crucial no "despertar cultural", na ampliação da conscientização, na compreensão dos direitos humanos e na promoção da adaptabilidade. Além disso, fortalece a autonomia, a autoconfiança e a autoestima, tudo isso dentro do processo educacional.

A relevância dessa pesquisa advém da necessidade de compreender educação do campo como processo educacional, uma compreensão além de seu tempo, alinhando práticas agroecológicas e os ODS para entendermos o desenvolvimento sustentável como um pilar fundamental na busca por um futuro mais equitativo e ambientalmente consciente. Nesse sentido, ampliação da capacitação técnica, a forte interação com a realidade da comunidade, decorrente de um ensino comprometido com os problemas vivenciados no cotidiano abrindo novas possibilidades na busca da sustentabilidade (Lourenço et al 2022).

No entanto, traremos o trabalho pautado na revisão integrativa, um estimulo a pesquisa e contribuição que a educação do campo e o desenvolvimento de práticas agroecológicas, trazendo os ODS como mais um referencial para o fortalecimento pedagógicos nesse campo de ação.

O objetivo deste projeto é entender como é pensado o currículo da educação do campo trazendo um dos mais importantes documento que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável voltados a práticas agroecológicas em comunidades rurais com ênfase numa estreita conexão entre escolas e comunidade, nos quais os alunos possam desenvolver criticidade e principalmente conhecer a realidade para que com a conscientização possamos melhorar a vivência de futuras gerações.

A intenção é ampliar a compreensão sobre Escolas do campo, incorporando no ambiente escolar o estudo e a discussão dos desafios enfrentados pelas crianças jovens relacionados à criação de alternativas econômicas mais autônomas e viáveis para serem implementadas dentro da comunidade. Além disso, valoriza-se a

aprendizagem por meio da experimentação, da prática e da vivência concreta, promovendo a constante interação e troca para a construção de uma base de conhecimento sobre as boas práticas e iniciativas bem-sucedidas na aplicação dos ODS na escola.

Portanto, a investigação se justifica pela necessidade de realizar estudos que explorem a educação no campo e suas relações no currículo, especialmente considerando a implementação de políticas públicas educacionais voltadas para a garantia do direito. O objetivo é trazer, para o centro dos debates a palavra a educação do campo com foco nas práticas agroecológica, na construção do conhecimento aspecto fundamental para a promoção da dignidade humana, em especial, pelo seu caráter de imprescindibilidade para o exercício da cidadania

No preâmbulo, é destacado que, embora o direito à educação tenha sido assegurado desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os esforços para garantir esse direito ainda não alcançam todas as pessoas. Muitos ainda enfrentam a condição de analfabetismo, incluindo o analfabetismo funcional. Além disso, aqueles que concluíram o ensino primário muitas vezes não continuam seus estudos, perdendo a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades essenciais que poderiam melhorar sua qualidade de vida e sua inserção no mundo. Isso limita sua capacidade de se adaptar às mudanças sociais, tecnológicas e culturais (UNESCO, 1990; Silva et al , 2023).

Segundo Amaral (2008 p. 208), a Educação Ambiental é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento de uma consciência ambiental na população. Por meio dela, torna-se possível promover mudanças de pensamento e, consequentemente, de atitudes em relação ao meio ambiente, favorecendo a sustentabilidade dos recursos naturais e assegurando o futuro das próximas gerações. O autor destaca ainda que

> *a Educação Ambiental guarda, portanto, intrínseca correlação com a sustentabilidade do desenvolvimento. Trata-se, noutro dizer, da garantia espacial e temporal da atividade econômica, da proteção dos recursos ambientais e de uma sadia qualidade de vida, tanto para as atuais quanto para as futuras gerações. (Amaral, 2008, p.208).*

Ao aplicar técnicas de convencimento dentro de uma política de Educação Ambiental voltada para a sustentabilidade, é importante considerar que o público-alvo pode ser mais inflexível e resistente à adoção dessas práticas. No caso de gestores, educadores, estudantes, a intenção é conscientizar através da Educação Ambiental, para que haja uma crescente demanda para que as empresas, comunidade civil adotem práticas sustentáveis (Alves et al, 2024).

A demanda por uma educação voltada para a vida é apoiada por leis de proteção ambiental, como o Direito Ambiental, e por regulamentações de sistemas, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com isso, a questão ambiental tornou-se uma pauta global, e a referida Agenda atua como uma forma de Educação Ambiental (EA), promovendo iniciativas como o consumo

consciente e a redução da desigualdade social levando para todo uma educação de qualidade para todos (ODS 4) com propostas educacionais, outro ponto são práticas agroecológicas trazendo ao campo um meio eficiente que também é vista como atividade para reduzir as desigualdades sociais.

Neste contexto, alisar as concepções do direito à educação básica presentes nas Declarações Mundiais de Educação resultantes das conferências globais organizadas pela UNESCO: Jomtien (1990), Dakar (2000). Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com enfoque qualitativo, trazendo referências pautadas em Sanchs (2007, 2011), Haydy (2019), Foucault (2007), Caldart (2015), Oliveira e Camargo (2019), entre outros que trazem importantes reflexões sobre o tema abordardo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO UMA INTERCONEÇÃO COM OS PILARES SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS

Ao longo da história muito se tem pensado e repensado a ação do homem frente ao meio ambiente sempre justificado por suas necessidades pessoais e/ou coletivas. Partindo de um olhar mais amplo, percebe-se que essa ação tem sido um extermínio do meio com degradação do habitat de animais e plantas e irreparáveis danos ao meio ambiente (Linhares et al 2024). Dada a complexidade, a relação homem e natureza sempre levanta fortes questionamentos e emerge inquietações em nível mundial. A organização das Nações Unidas (ONU) nesse contexto, coloca-se como peça fundamental para tratar desse problema, visto pelo discurso de sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável como uma preocupação legal (Freitas et al 2007). Essa inquietação vem tratar as bases das políticas ambientais no contexto internacional, evidenciando-se o surgimento das discussões acerca do tema ambiental e fortalecer a propagação das políticas que buscam mitigar o avanço da degradação ambiental, principalmente a partir do conceito de desenvolvimento sustentável.

A Educação do Campo surge a partir da problematização feita pelos movimentos sociais sobre a educação rural, que era baseada no conceito de Ruralismo Pedagógico. Segundo Bezerra Neto (2003, p. 11), esse termo estava relacionado a "uma proposta de educação voltada para o trabalhador rural, fundamentada na ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia". O Ruralismo Pedagógico contava com o apoio das elites urbanas, que se beneficiavam da permanência da população rural em suas áreas de origem, uma vez que viam o êxodo rural como responsável por problemas sociais, como a superpopulação nos centros urbanos. A autora Adonia Prado também aborda o conceito de ruralismo pedagógico em suas reflexões.

> *Seu significado mais forte encontra-se ancorado numa vasta gama de questões. Tratava-se da necessidade de reter trabalhadores no campo. Estes, frente às miseráveis condições de vida, emigravam para o Rio de Janeiro e para São Paulo, engordando o contingente de favelados e despovoando de mão de obra a área rural. Tratava-se também de incorporar ideológica e politicamente uma massa de pessoas esquecidas pelo Estado e, portanto alvo fácil de interesses ditos particularistas que o Estado Novo havia tomado a si o dever de exterminar. (Prado, 2007, p. 09).*

Assim, a educação do campo surge como uma necessidade, através da luta social, como ideologia capaz de formar crianças e jovens para o trabalho do campo, quando não necessitará mais sair do campo em busca de trabalho, fundamentalmente, formar profissionais trabalhadores sensíveis à realidade ambiental da sua comunidade. A Pedagogia da educação do campo se caracteriza por alternar a formação dos estudantes entre momentos no ambiente escolar e no contexto produtivo, familiar e comunitário, trazendo como proposta desenvolver um processo de ensino-aprendizagem contínuo, no qual os estudantes transitam entre a propriedade, a escola e novamente a propriedade. Esse compromisso com o meio ambiente, tanto em nível local quanto global, deve estar intrinsecamente ligado a uma perspectiva integrada e interdisciplinar, onde a sustentabilidade permeia diversas áreas do conhecimento. (Petrovich et al., 2016; Rocha Filho et al, 2024)

Assim, o tema da sustentabilidade assume um papel mais amplo no ambiente corporativo. A busca por resultados concretos alinhados aos princípios da sustentabilidade, exige um conjunto de processos que demandam um elevado nível de comprometimento para que possam gerar impactos tangíveis. Esses resultados enfrentam obstáculos que requerem transformações profundas ao longo do caminho.

> *"O desenvolvimento sustentável não é algo simples de ser aplicado na sociedade atual nem é um estado permanente de harmonia, onde tudo ficará bem e sem problemas, e sim um processo de transformação, que passa por alterações e mudanças constantes, pois envolvem os passos que devem ser seguidos para suprir as necessidades das gerações atuais, de tal maneira que não comprometa os anseios das gerações futuras" (Costa, 2021).*

Nesse sentido a palavra sustentabilidade ganha mais uma função, vista como um processo de evolução, não limitada a se mesmo, mas de atender a gerações atuais, sem agredir gerações futuras. Em síntese, a sustentabilidade vem garantir o desenvolvimento sustentável. De um lado, o desenvolvimento de líderes organizacionais comprometidos com a sustentabilidade é uma exigência normativa do ambiente em que toda organização opera, pois busca-se a legitimidade por meio de recursos essenciais em qualquer setor. Por outro lado, ações que aprofundam o desenvolvimento de competências sociais carregam consigo o potencial de formar indivíduos mais emancipados, críticos e conscientes, promovendo a capacidade de agir de maneira reflexiva e transformadora.

> *A verdadeira sustentabilidade é subversiva. Subverte a ordem estabelecida ao sacudir conceitos arraigados, redefinir hierarquias e trazer para a frente do palco temas e personagens antes relegados aos bastidores. A sustentabilidade mexe com as estruturas de poder. Além de exigir o equilíbrio de objetivos econômicos, ambientais e sociais, operar na sustentabilidade implica atuar num mundo tripolar, em que o poder tende a se repartir, de maneira cada vez mais equilibrada, entre governos, empresas e organizações da sociedade civil (...). Dentro das empresas, especificamente, significa uma inédita repartição de poder, com a qual poucos dirigentes, gestores e acionistas estão preparados para lidar. (Almeida, 2007, p.129).*

É complexo essa relação de poder, por que de um lado temos grandes empresas que buscam por lucros e por outro lado temos o meio ambiente que sofre a duras penas para manter o equilíbrio do planeta e ainda, não podemos esquecer o homem agricultor ou pequeno agricultor que é o centro da ação como peça fundamental para entender seu papel e principalmente entender que essa relação de poder não pode desequilibrar o ecossistema, pois disso vale a sobrevivência.

Hoje, na sociedade capitalista, onde o lucro é constantemente buscado como justificativa para a sobrevivência, a questão da sustentabilidade se torna um grande desafio. À medida que grandes empresas consomem os recursos naturais do planeta, cresce a necessidade de um equilíbrio em prol do meio ambiente. Nesse contexto, tanto as empresas quanto a população têm a responsabilidade de agir de forma colaborativa no sentido de contribuir para a preservação ambiental de modo a promover um novo modelo de geração de resultados, em harmonia com a natureza e o relacionamento social.

Esse mesmo capitalismo se estabeleceu como um modelo hegemônico de produção e distribuição de riqueza, gerando desdobramentos complexos na relação entre o ser humano e a natureza. A busca pela implementação de práticas que impeçam a exploração predatória do meio ambiente surge de análises críticas que se opõem de forma direta aos princípios do sistema econômico capitalista. Dessa forma, torna-se evidente que a questão ambiental adquiriu um caráter político. Para uma melhor compreensão desse fenômeno, baseamos nossa argumentação nas noções de poder desenvolvidas por Michel Foucault (2007, p. 89) quando diz, o poder é compreendido como "[...] suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, introduzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis" (FOUCAULT, 2007, p.89).

Aqui também, retrataremos a sustentabilidade na agricultura defendida e almejada por diferentes setores produtivos e segmentos sociais, que ainda se apresenta como uma meta distante. As práticas de manejo agrícola sustentável, que buscam minimizar os danos ambientais, frequentemente enfrentam obstáculos decorrentes de interesses econômicos conflitantes. Além disso, mesmo quando há avanços na relação entre agricultura e meio ambiente, com o uso de tecnologias consideradas menos agressivas, esses progressos nem sempre estão vinculados à sustentabilidade social. Em outras palavras, a sustentabilidade tem sido impulsionada predominantemente pela preocupação ambiental, deixando em segundo plano a questão da justiça social.

Diante disso, a atividade agrícola, reconhecida como essencial para a produção de alimentos e produtos básicos para o bem-estar humano (como fibras e couros), apresenta inúmeros desafios. Esses desafios afetam não apenas os agricultores, mas também os governos e a sociedade como um todo.

Nesse contexto, a sustentabilidade deve ser entendida como a habilidade humana de interagir com o ambiente de forma que não prejudique os recursos naturais, garantindo sua disponibilidade para as gerações futuras. Isso envolve o uso consciente dos fatores de produção, como terra, capital e trabalho, de modo a gerar lucros e retorno de capital, ao mesmo tempo que preserva o meio ambiente. Atualmente, as oportunidades de

negócio estão cada vez mais direcionadas pelas condições econômicas, onde a responsabilidade social se torna essencial para o uso adequado dos recursos do planeta.

Dentro dessa perspectiva transdisciplinar apresentada por Sanchs (1993, p. 24-27) sugere que o planejamento do desenvolvimento deve considerar cinco dimensões da sustentabilidade social. Essas dimensões incluem: equidade na distribuição de renda, que reflete a justiça social no processo de desenvolvimento; eficiência econômica, com uma gestão responsável dos recursos avaliada em termos macrossociais; proteção ecológica, com uso prudente dos recursos naturais; equilíbrio espacial, buscando uma distribuição territorial mais harmoniosa entre áreas rurais e urbanas; e a dimensão cultural, que respeita as especificidades ecológicas e culturais de cada contexto, sendo esta a base do processo de desenvolvimento.

Ainda em Sanchs (2011, p. 85-88), ele reformula sua abordagem, substituindo a perspectiva espacial pela abordagem territorial e dividindo a dimensão ecológica, introduzindo o conceito de espaço ambiental. Além disso, ele incorpora fatores de política nacional e internacional. Dessa forma, as dimensões da sustentabilidade são reorganizadas, considerando o território como uma estrutura dinâmica e complexa, o espaço ambiental como um componente fundamental da preservação ecológica, e as políticas nacionais e internacionais como elementos cruciais para a promoção de um desenvolvimento sustentável integrado.

Essas dimensões são reorganizadas e colocadas da seguinte maneira segundo Sanchs (2011, p. 04-17)

Dimensão social: busca a homogeneidade social por meio da justa distribuição de renda, pleno emprego — formal ou autônomo — com qualidade de vida, e igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.

Dimensão cultural: equilíbrio entre respeito às tradições e inovação, com autonomia para a formulação de um projeto nacional integrado, endógeno e autoconfiante, combinado com abertura para o mundo.

Dimensão ecológica: preservação do potencial da natureza na produção de recursos renováveis e limitação do uso de recursos não renováveis.

Dimensão ambiental: respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Dimensão territorial: equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais, eliminando o viés urbano no investimento público, melhorando o ambiente público e superando as disparidades interregionais. Também envolve o desenvolvimento de estratégias ecologicamente seguras para áreas frágeis.

Dimensão econômica: busca o equilíbrio no desenvolvimento econômico e setorial, com segurança alimentar, modernização contínua dos meios de produção, autonomia em pesquisa científica e tecnológica, e inserção soberana na economia internacional.

Dimensão política no âmbito nacional: instauração de uma democracia baseada na apropriação universal dos direitos humanos, com o fortalecimento da capacidade do Estado para implementar projetos nacionais em parceria com empreendedores, e promoção da coesão social.

Dimensão política no âmbito internacional: prevenção de guerras, garantia da paz e promoção da cooperação internacional, com o desenvolvimento conjunto entre Norte e Sul, controle institucional do sistema financeiro internacional e da gestão ambiental e dos recursos naturais, além da proteção da diversidade biológica e cultural. Isso inclui cooperação científica e tecnológica, bem como a gestão do patrimônio global da ciência e tecnologia como herança comum da humanidade.

Conclui Sanchs (2007, p. 349-356), em defesa a necessidade de articular todas as dimensões — ambientais, políticas, econômicas, sociais e culturais — no desenvolvimento sustentável. Além disso, relaciona o desenvolvimento sustentável à apropriação dos direitos humanos, argumentando que a resistência a essa forma de desenvolvimento em suas várias dimensões constitui, na verdade, uma negação de um direito fundamental da humanidade, sendo a exclusão social o principal indicador dessa resistência. Dessa forma, o desenvolvimento integral deve focar no progresso da sociedade humana, subordinando-se aos objetivos éticos, sociais e ecológicos. Em resumo, para Sanches, o desenvolvimento significa "liberdade humana em relação à opressão material" (p. 7).

De acordo com Costa e Reis (2016, p. 68), o principal objetivo de Sanches foi questionar o modelo de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico e orientado pela economia de mercado. Em contrapartida, ele propôs um modelo comprometido com o desenvolvimento social e equitativo. Para isso, Sanches enfatizou a importância da perspectiva ecológica como condição essencial para a sobrevivência humana. Sua proposta destaca a necessidade de um desenvolvimento cujo foco não se restrinja exclusivamente à economia, mas integre aspectos sociais e ambientais.

Nessa propositura, discutir a sustentabilidade de forma isolada demanda uma abordagem cuidadosa, e ao integrar a educação nesse contexto, a complexidade aumenta. Assim, ao reunir educação (em seu sentido mais amplo), sustentabilidade e desenvolvimento sustentável sob uma mesma perspectiva, é necessário um referencial teórico que fundamente e harmonize a lógica argumentativa desejada.

A agricultura sustentável (AS) é um conceito relativamente novo, frequentemente associado ao desenvolvimento rural sustentável no debate social contemporâneo. Apesar da ampla difusão dessa ideia, sua aplicação ainda é limitada a determinados espaços geográficos e sociais. Mesmo com a crescente discussão em torno do tema, a AS tem sido superficialmente definida. As diferentes interpretações dependem, em grande parte, da posição social dos agentes envolvidos, resultando em compreensões variadas.

As posições nesse debate geralmente se limitam ao uso normativo e ampliado do conceito, ou seja, definem-se de maneira vaga e abrangente. Em geral, essas definições incorporam preocupações ambientais — como a preservação e conservação dos recursos naturais — e um sentimento social em relação à agricultura, o

que inclui elementos que ultrapassam o campo agrícola propriamente dito. Essa amplitude, no entanto, pode gerar confusões, como a dificuldade em distinguir os instrumentos técnico-científicos da AS das políticas de desenvolvimento.

Nesse contexto, é notável a abrangência das concepções de AS, que vão desde questões técnico-produtivas até a "construção de novas relações sociais", incluindo também a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável.

O Relatório da UNESCO de 2012 sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) caracteriza essa educação como uma "educação para uma transformação social que leva à formação de sociedades mais sustentáveis." Nesse contexto, são destacados quatro enfoques para a concepção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). O primeiro enfoque é integrador, apresentando uma abordagem holística que abrange dimensões ecológicas, ambientais, econômicas e socioculturais, considerando as esferas local, regional e global, bem como os tempos passado, presente e futuro. O segundo enfoque é crítico em relação aos modelos predominantes, que "podem ser insustentáveis (como o crescimento econômico constante e o consumismo)." O terceiro é transformativo, pois promove a conscientização sobre a necessidade de transformação, além de incentivar a responsabilização e a capacitação que resultam em estilos de vida, valores, comunidades e empresas mais sustentáveis. Por fim, o quarto enfoque é contextual, reconhecendo que não existe uma única maneira de viver ou negociar que possa ser considerada a mais sustentável (UNESCO, 2012, p. 13).

Guimarães (2001, p.55) propõe uma educação para o Desenvolvimento Sustentável, trazendo um novo olhar nos objetivos com base na sustentabilidade ampla envolvendo toda os âmbitos sociais, históricos e culturais

> *Afirmar que os seres humanos constituem o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento significa advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; socialmente sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promotor da justiça e da equidade; culturalmente sustentável na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que, apesar de sua evolução e sua reatualização permanente, determinam a integração nacional através dos tempos; politicamente sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública. Este novo estilo de desenvolvimento tem por norte uma nova ética do desenvolvimento, ética na qual os objetivos econômicos do progresso estão subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoria da qualidade de vida das pessoas (Guimarães, 2001, p. 55)*

Argumenta-se que os sistemas educacionais passaram a incorporar a ideia de desenvolvimento sustentável, com agendas de educação e desenvolvimento sustentável convergindo e ampliando os compromissos locais. Em contextos não formais, a EDS tem se vinculado cada vez mais a iniciativas do setor privado. Essa tendência pode ser considerada promissora, na medida em que prevalece a noção de que o valor da vida é superior ao valor da propriedade, promovendo a primazia da função social e ambiental, como previsto na Constituição do Brasil, embora essa premissa ainda não seja amplamente respeitada.

Uma lição importante, conforme destacado no relatório de 2014, é que uma liderança política forte é fundamental para o avanço da EDS (UNESCO, 2014). A sustentabilidade política é, sem dúvida, um elemento essencial para processos de mudança nesse campo. Contudo, a noção de liderança política deve ser ampliada além das iniciativas governamentais, que muitas vezes se apoiam em ações programáticas que não ameaçam interesses econômicos. A liderança política deve ser reconhecida tanto no âmbito institucional quanto fora dele, abrangendo movimentos sociais, ambientalistas, comunidades locais e mecanismos de democracia participativa, como conselhos participativos e conferências abertas

Com base no que foi apresentado, já é possível evidenciar a essência do título deste estudo: A educação do campo voltada para uma conecção com o meio social, econômico e ambiental e se coloca como desafio de um paradigma. Esse desafio se manifesta não apenas pelo uso adequado do termo sustentabilidade em relação ao contexto, mas, principalmente, pela função da educação na promoção de um desenvolvimento sustentável, considerando a eficiência econômica, a prudência ecológica e a justiça social (UNITED NATIONAL, 1987)

Há mais de um século, a força física tem sido gradualmente substituída pelo poder do intelecto. No século XIX, o pensador russo Piotro Kropotkin já defendia que a emancipação da sociedade era possível apenas por meio da educação, tanto intelectual quanto moral, a qual teria um papel social tão significativo que seria responsável pela transformação da sociedade. Assim, a mudança social ocorreria por meio da educação (Kropotkin, 2001).

No Brasil, na primeira metade do século XX, a visão de Kropotkin (2001) se alinha a pensamentos de outros educadores como Manuel Bergström Lourenço Filho, Anísio Spínola Teixeira e Fernando de Azevedo. Esse alinhamento ganhou força principalmente a partir da década de 1930, quando se intensificou a promoção dos princípios do movimento da Escola Nova.

De acordo com Teixeira (1968), essa perspectiva demandava "uma educação em constante transformação; em contínua reconstrução". Essa ideia se relaciona com sua obra de 1953, onde ele salienta que, desde os princípios do século XIX, uma nova revolução – a tecnológica – surgiu, impulsionada pela aplicação crescente dos avanços científicos na produção e na vida social. Essa revolução se somou às outras duas já existentes, a político-democrática e a industrial, acelerando ainda mais o processo de mudança social (Teixeira, 1953).

Assim, no atual século XXI, o pensamento de Kropotkin (2001) — que reflete um recrudescimento epistemológico ligado ao movimento novaescolista — é, de certa maneira, revisitado e supostamente revitalizado por Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, através do neologismo “Educacionismo”. Em seu Decálogo do Educacionismo, Buarque (2008) apresenta seus principais princípios, entre os quais se sobressaem os seguintes

> • *Garantir a todos, o acesso a uma escola com a mesma qualidade, qualquer que seja sua classe social ou a cidade onde ela viva; assim como adotar medidas necessárias para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável que assegure a solidariedade para com as gerações futuras. • Defender a recuperação dos sonhos utópicos para a construção de um projeto civilizatório, propondo como utopia a garantia da mesma chance para cada ser humano desenvolver seu potencial, conforme seu talento e sua persistência. • O Educacionismo considera que o trabalhador do futuro*

> *deixará de ser operário e se transformará em operador, e que o binômio capital-máquina será substituído pelo capital-conhecimento. (BUARQUE, 2008).*

Dessa forma, ao seguir essa linha expositiva, apesar da variedade de autores, abordagens e períodos, que são utilizados como referenciais para evidenciar a importância da educação no contexto da discussão, é possível notar que esses contextos revelam uma interconexão com os desafios apresentados pela UNESCO (2005), conforme estabelecido na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – DEDS

Sanchs (2004) adota uma postura cautelosa ao abordar os aspectos educacionais, enfatizando que a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento, devido ao seu valor intrínseco. Ela é crucial para fomentar o "despertar cultural", aumentar a conscientização, compreender os direitos humanos e promover a adaptabilidade, além de fortalecer a autonomia, a autoconfiança e a autoestima.

Nesse contexto, Brüseke (2003, conforme Cavalcanti, 2003; Brüseke, 1993, conforme Souza, 1994) propõe, com base nas ideias de Sachs, que o desenvolvimento sustentável envolve essencialmente seis dimensões: (1) atendimento às necessidades básicas; (2) solidariedade com as gerações futuras; (3) participação da comunidade afetada; (4) conservação dos recursos naturais e do meio ambiente; (5) criação de um sistema social que assegure emprego, proteção social e respeito a outras culturas; e (6) iniciativas educacionais.

Neste sentido, Sachs (2004) reconhece o valor instrumental da educação, mas ressalta que ela não deve ser vista isoladamente; é necessário que esteja acompanhada de um conjunto de políticas de desenvolvimento, mesmo que alguns a considerem uma solução abrangente. Esse cenário se alinha não apenas aos objetivos da EDS (UNESCO, 2005), mas, principalmente, ao seu programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável – EDS. Assim, a EDS pode ser entendida como um programa que estipula a função da educação na busca pelo desenvolvimento sustentável, contribuindo para a promoção de valores, atitudes, habilidades e comportamentos essenciais para enfrentar esse panorama desafiador.

ODS E AGROECOLOGIA

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um plano de ação global da ONU voltado para erradicar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade para todos ao longo da vida, proteger o planeta e garantir que pessoas em todas as partes do mundo possam viver em paz e prosperidade. Como abordam questões econômicas, sociais e ambientais, os temas propostos pelos ODS estão interconectados (Guerra et al, 2007).

Os ODS visam erradicar a pobreza extrema e a fome, garantir educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o meio ambiente e assegurar que as pessoas em todo o mundo vivam em paz e prosperidade. Como abordam questões econômicas, sociais e ambientais, os temas propostos pelos ODS são interligados,

destacando a importância de uma abordagem integrada para alcançar resultados eficazes (Dantas,et al, 2007; ONU, 2022).

Agora, vamos trabalhar diretamente com a ODS 2, retratando algumas metas direcionadas para a produção agrícola, ressaltando suas vertentes e principalmente o que compete a sociedade no sentido de diminuir as desigualdades sociais. Inicialmente trago a meta 2.3 que diz, Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola. Essa meta é bem clara, quando fala da produtividade agrícola do pequeno produtor, dando a ele oportunidade de produção não só para alimentar a família, mas como meio de produção com o intuito de agregar valores e consequentemente melhorar sua renda percapita. Nessa meta, muito ainda precisa ser feito, pois ela defende o conhecimento ao pequeno agricultor, financiamentos e valorização da matéria prima diretamente do campo. Tudo voltado para um mercado promissor que precisa reagir e entender que a desigualdade social precisa diminuir para que a sociedade chegue a um crescimento econômico favorável, sem esquecer de reforçar a questão sustentável (Araujo et al, 2011).

Nesse contexto, é importante destacar que, embora os ODS no âmbito da Agenda 2030 busquem promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma equilibrada e sustentável, sua implementação dentro de um sistema capitalista pode ser desafiadora. O capitalismo, como sistema econômico, prioriza o lucro e o crescimento contínuo, frequentemente à custa da exploração dos recursos naturais e do aumento da desigualdade social (PORTO-GONÇALVES, 2006; ARAÚJO, 2013).

Dessa forma, a execução dos ODS em um ambiente capitalista exige uma abordagem crítica e reflexiva. É fundamental repensar as estruturas econômicas e sociais que perpetuam a injustiça e a desigualdade, e buscar alternativas que promovam um desenvolvimento verdadeiramente justo e sustentável (ZHOURI, 2008; ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Outra meta é a 2.4 que diz, até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo. Essa meta volta-se para a proteção do ecossistema e reforça as mudanças climáticas que podem ou não favorecer a produção agrícola, não só nessa meta, como também na meta 2.5, fica claro esse cuidado com a terra garantindo benefícios decorrentes da utilização sustentável e principalmente de pesquisas que venham trazer conhecimento e oportunidade de plantio e comercialização dos produtos cultivados.

É um objetivo complexo, visto que envolve vontade política à política de oportunidades trazendo também o acesso a diferentes tecnologias no sentido de corrigir e prevenir a restrição ao comercio e principalmente de

fortalecer a formação de profissionais evitando a volatividade dos valores cobrados pelos alimentos. Aqui fica claro que é necessário valorizar o pequeno e o grande agricultor, para que todos tenham, não as mesmas condições, mas cada um dentro de suas condições, produzam e comercializem seus produtos.

A princípio, o espaço rural, tradicionalmente dominado pela produção agrícola, passou por uma expansão em sua concepção, o que impactou diretamente seus modos de uso. Hoje, o espaço rural é visto como um conjunto diversificado de bens públicos, associados a valores que transcendem a simples produção de alimentos, fibras e energia. Além de serem os principais depositários da biodiversidade, os espaços rurais abrigam um rico patrimônio paisagístico e formas de vida cada vez mais valorizadas, o que os posiciona como áreas promissoras para o desenvolvimento sustentável.

Esse espaço deve ser compreendido como um território de atividades variadas, envolvendo uma multiplicidade de atores sociais, e não apenas como uma área destinada à produção agropecuária. Novas formas de relação entre o homem e o território estão emergindo, onde a produção agrícola é apenas um componente — e, em muitos casos, um fator de importância decrescente na utilização do espaço. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento rural deve ser encarado de forma espacial e multissetorial, com a agricultura sendo apenas uma parte do processo. A unidade de análise passa a ser as economias regionais, não apenas os sistemas agrários ou alimentares.

A proposta é o manejo integrado de recursos naturais, focado no ordenamento do uso e ocupação da paisagem, respeitando as aptidões e a distribuição espacial de cada segmento. Trata-se de uma abordagem concreta para o desenvolvimento sustentável, entendida como a utilização dos recursos naturais para múltiplos fins, respeitando os limites de aptidão dos ecossistemas e buscando prevenir, corrigir e mitigar impactos ambientais indesejáveis, do ponto de vista econômico, social e ecológico.

Essa abordagem deve integrar os aspectos ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais, com especial atenção ao fator ambiental, pois a capacidade do meio ambiente de sustentar o desenvolvimento é crucial. Existe sempre um limite a partir do qual todos os outros aspectos são inevitavelmente afetados. Em outras palavras, o uso e a ocupação do território devem ser condicionados pelas características ambientais e socioeconômicas de cada propriedade.

Uma agricultura familiar sustentável que atenda a diferentes princípios, como: Ser produtiva, mantendo ou melhorando a produção; Ser estável, minimizando possíveis riscos; Ser ambientalmente saudável, protegendo e recuperando os recursos naturais, prevenindo a degradação dos solos, preservando a biodiversidade e mantendo a qualidade do ar e da água; Ser economicamente viável; Ser igualitária, garantindo acesso equitativo à terra, água e outros recursos para todos os grupos sociais; Ser autônoma, assegurando a subsistência e autonomia dos envolvidos na produção; Ser participativa, construída coletivamente por meio de processos democráticos; Ser

humana, atendendo às necessidades básicas dos envolvidos e proporcionando liberdade para as gerações atuais e futuras; Preservar a cultura local, valorizando as comunidades que criam e mantêm seus recursos genéticos.

A Lei nº 11.326/2006 define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que exerce atividades no meio rural e não possui, em nenhuma circunstância, uma área superior a quatro módulos fiscais. Além disso, é necessário que a mão de obra utilizada seja predominantemente da própria família nas atividades econômicas do empreendimento, e que a renda familiar seja majoritariamente proveniente de atividades econômicas relacionadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento (BRASIL, 2006).

De acordo com os estudos de Gomes (2005), a agricultura familiar possui características que a destacam como um ambiente privilegiado para o desenvolvimento de práticas sustentáveis, devido à sua tendência à diversificação, à integração entre atividades agrícolas e pecuárias, e ao trabalho em menor escala. No Brasil, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental como principal fonte de abastecimento alimentar para o mercado interno. Apesar de sua expressiva participação na produção nacional, os agricultores familiares ainda enfrentam a falta de sistemas de produção adequados à sua capacidade de investimento, ao tamanho de suas propriedades e ao tipo de mão de obra utilizada (Armando et al., 2002).

Dados do último Censo Agropecuário, realizado em 2017, mostram que a agricultura familiar é a base da economia em 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país e por mais de 70% dos trabalhadores ocupados no campo (IBGE, 2020).

ALTIERI (2000) nos fala sobre os sistemas de produção, focando nesses princípios

> *• "Reduzir o uso de energia e recursos e regular a entrada total de energia de modo que a relação entre saídas e entradas seja alta; • Reduzir as perdas de nutrientes detendo a lixiviação, o escorrimento e a erosão, e melhorando a reciclagem de nutrientes com o uso de leguminosas, adubação orgânica e compostos, e outros mecanismos eficientes de reciclagem; • Incentivar a produção local de cultivos adaptados ao meio natural e socioeconômico; • Sustentar um excedente líquido desejável, preservando os recursos naturais, isto é, minimizando a degradação do solo; • Reduzir custos e aumentar a eficiência e a viabilidade econômica das pequenas e médias unidades de produção agrícola, promovendo, assim, um sistema agrícola potencialmente resiliente" (ALTIERI, 2000, p. 85).*

Aqui, compreendemos que a produção agrícola sustentável precisa estar amparada pelo ecossistema, onde a produção seja capaz de conservar sua biodiversidade em prol de sua produção, ou melhor, demostrar na prática ações verdadeiramente sustentáveis. GLIESSMAN (2000, p. 102) nos diz que é "impossível se saber, com certeza, se uma determinada prática é, de fato, sustentável ou se um determinado conjunto de práticas constitui sustentabilidade". Sendo assim, a ação da agricultura precisa agir em função da diversidade, da integração de atividades vegetais e animais além de reforçar sua atividade em pequenas escalas.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 reconhece a alimentação como um direito fundamental, estabelecendo uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Contudo, a administração pública brasileira tem sido

marcada pela descontinuidade de programas e serviços, e essa instabilidade também afeta as iniciativas relacionadas à segurança alimentar. A desestruturação desses programas é evidente, com a interrupção de projetos e mudanças constantes de prioridades, muitas vezes resultando no arquivamento de planos devido a interesses políticos.

Para reverter esse cenário e alcançar as metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é imprescindível a retomada de políticas públicas eficazes voltadas à segurança alimentar. Para isso é necessário aprimorar os programas que já apresentaram resultados positivos, ajustar aqueles que ainda precisam de melhorias e criar novas iniciativas que se adequem às demandas atuais.

EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA NAS ESCOLAS DO CAMPO

A questão ambiental tem sido abordada com frequência em nosso cotidiano, seja pelos meios de comunicação, nas escolas, empresas ou em conversas informais entre amigos. Em um cenário marcado por fortes componentes políticos e ideológicos, a Educação Ambiental surge como uma proposta para enfrentar essa crise, articulando as dimensões social e ambiental (VENTURA e SOUZA, 2010, p.14).

Educação ambiental tem como objetivo promover valores que favoreçam uma convivência harmoniosa com o meio ambiente e com as diversas espécies que habitam o planeta. Essa abordagem incentiva uma análise crítica do antropocentrismo, que muitas vezes resulta na exploração irresponsável dos recursos naturais e na extinção de várias espécies. É fundamental considerar que a natureza não é uma fonte inesgotável de recursos; suas reservas são finitas e devem ser utilizadas de maneira responsável (Borges et al, 2024). O combate ao desperdício e a promoção da reciclagem devem ser encarados como processos essenciais. Através da Educação Ambiental, podemos desenvolver uma utilização racional dos recursos para que não venham a extinguir no futuro bem próximo.

Ramos (2010, p.83) traz fortes reflexões quando diz

> *Seja como for, a visão atual de natureza, potencializada pela tecnologia, herdou o projeto de dominação assentado no dualismo homem-natureza, na qual a última é instrumentalizada em benefício do primeiro. Em outras palavras, universalizou-se a postura – que se tornou dogma – de transformar o conhecimento da natureza em instrumento de domínio da mesma. (Ramos, 2010, P.83)*

Daí a escola desempenha um papel central nesse processo, sendo um espaço social onde se dá continuidade ao processo de socialização. O que nela é ensinado e valorizado reflete os desejos e expectativas da sociedade. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser incorporados à rotina escolar, promovendo a formação de cidadãos responsáveis. Nesse sentido, a Educação Ambiental é uma ferramenta crucial para estabelecer esses valores na mente de cada criança, formando cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação do meio ambiente.

A educação para o ambiente foi determinada pela UNESCO, logo após a Conferência de Belgrado (1975) ficando assim estabelecido

> *Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que eles se repitam.(UNESCO, p. 59)*

Dessa forma, a Educação Ambiental (EA) deve promover relações harmônicas entre o ser humano e a natureza. Conforme Silva (2019, p. 93), sua aplicação pode ser concretizada através do desenvolvimento de competências, que são definidas como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores destinados à resolução de desafios cotidianos e ao exercício da cidadania, bem como à solução de problemas contemporâneos.

Nesse contexto, é relevante refletir sobre modelos de desenvolvimento que sejam sustentáveis, economicamente viáveis e socialmente aceitáveis. É necessário reafirmar o conceito de sustentabilidade, que não pode ser dissociado dos aspectos político, socioeconômico e, sobretudo, ecológico, os quais destacam as complexidades sociais e políticas presentes na sociedade. Além disso, é importante lembrar que mudanças ecológicas só serão possíveis e efetivas quando houver transformações em diversas áreas da sociedade, com a educação sendo o ponto de partida.

Leff (2001, p.15) faz grande considerações sobre

> *A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção. (LEFF, 2001, P.15)*

Ao implementar um projeto de educação ambiental, favorece aos alunos e à comunidade uma compreensão essencial dos problemas existentes, do impacto da presença humana no ambiente e da responsabilidade individual e coletiva como cidadãos de um país e do planeta. Nesse processo, são desenvolvidos competências e valores que incentivam uma reflexão crítica sobre as atitudes diárias e suas consequências para o meio ambiente.

Assim, a educação deve direcionar-se de maneira decisiva para formar as gerações atuais não apenas para aceitar a incerteza e o futuro, mas para cultivar um pensamento complexo e aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade e à capacidade de construir e reconstruir continuamente, por meio de novas leituras e interpretações do que já foi pensado, abrindo espaço para ações sobre o que ainda está por ser explorado.

Uma educação que, independentemente das denominações que adote — seja Educação Ambiental, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Educação para o Futuro Sustentável, ou Educação para Sociedades Responsáveis — transcenda os adjetivos e, como um todo, se encaminhe em busca de sentido e significado para a existência humana.

A reflexão sobre as práticas sociais, em um cenário marcado pela constante degradação ambiental e de seus ecossistemas, exige uma articulação necessária com a produção de significados para a educação ambiental. A dimensão ambiental se torna cada vez mais uma questão que envolve diversos atores no âmbito educacional, promovendo o engajamento dos diferentes sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e o envolvimento da comunidade universitária em uma perspectiva interdisciplinar. Nesse contexto, a produção de conhecimento deve necessariamente considerar as inter-relações entre o meio natural e o social, incluindo a análise dos fatores determinantes desse processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que fortalecem ações alternativas para um novo modelo de sociedade.

Ao refletirmos sobre a Educação Ambiental como um ato político, afirmamos que ela consiste na "análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza, bem como nas interações entre os seres humanos, visando superar mecanismos de controle e dominação que impedem a participação" (Reigota, 2012, p.13).

Nesse sentido, priorizamos o desenvolvimento de ações cotidianas, incentivando uma reflexão crítica sobre essas práticas, não como atos automáticos, mas como experiências significativas. Compreendemos esse processo como uma prática social que contribui para nossa formação como sujeitos capazes de atuar criticamente na sociedade.

Essa compreensão parte do princípio de que somos seres sociais, carregando uma bagagem de valores enraizados em nossa personalidade e hábitos, moldados pelo ambiente em que fomos criados e pelas relações com outros indivíduos. Valorizar o ambiente social em que nós desenvolvemos é essencial, pois envolve agir com respeito ao próximo, solidariedade e compromisso ético. Nossas atitudes ambientais não afetam apenas o outro, mas também impactam nossa própria vida e as gerações futuras, dentro da perspectiva de transformação da sociedade.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, resultado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, destaca a importância da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos garantir o direito à educação, a realidade demonstra que a promessa ainda não se concretizou para todos. Milhões de crianças e adultos permanecem analfabetos, inclusive em termos funcionais. Mesmo aqueles que concluem o ensino fundamental, frequentemente interrompem os estudos, impedindo-se de adquirir conhecimentos e habilidades essenciais para

uma vida plena e para a participação ativa na sociedade. Essa lacuna limita o acesso às mudanças sociais, tecnológicas e culturais, impactando diretamente a qualidade de vida (UNESCO, 1990).

A Declaração de Jomtien (1990) enfatiza a centralidade da Educação Básica como prioridade universal, conforme afirma Torres (2001). Essa centralidade reside no fato de que a educação básica fornece os conhecimentos, habilidades, valores e atitudes essenciais para o desenvolvimento humano.

A Declaração propõe diversas estratégias para garantir a educação para todos. Além de atender às necessidades básicas de aprendizagem, o documento destaca a importância de: ampliar o foco em recursos, estruturas institucionais, currículos e sistemas de ensino tradicionais; Universalizar o acesso à Educação Básica, como base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano contínuos; Priorizar a aprendizagem essencial para a sobrevivência; Expandir os meios e o alcance da Educação Básica; Criar um ambiente propício à aprendizagem; Fortalecer parcerias entre autoridades públicas, professores, órgãos educacionais, governos, ONGs, setor privado, comunidades locais, grupos religiosos e famílias; Desenvolver políticas de apoio contextualizadas, abrangendo os setores social, cultural e econômico; Mobilizar recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários; Fortalecer a solidariedade internacional por meio da educação.

A Declaração de Jomtien reconhece a educação como um bem público, cujo financiamento não se limita aos recursos estatais, exigindo o envolvimento e a contribuição de outros setores sociais. A educação desempenha um papel crucial na promoção da dignidade humana, contribuindo para o desenvolvimento individual e para o progresso social, cultural e econômico das nações.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecida pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, trata da promoção da educação ambiental e institui diretrizes para sua implementação. Segundo o artigo 1º da referida lei, a educação ambiental é definida como “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constrõem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, [...] essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002, deixa claro sua política em benefício da educação ambiental em busca da sustentabilidade

> *Art. 1°A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente [..], pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, [..], envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade (BRASIL, 2002).*

A conscientização sobre a sustentabilidade é o alicerce para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com destaque para o ODS 4 - Educação de Qualidade. Neste cenário, a educação ambiental emerge como um pilar fundamental na formação de indivíduos conscientes dos desafios

socioambientais contemporâneos. Ela promove o aprendizado ao longo da vida e impulsiona o desenvolvimento sustentável, preparando cidadãos capazes de agir de forma responsável e comprometida com o futuro do planeta.

A educação ambiental é um componente essencial para a formação de cidadãos responsáveis e sustentáveis. Ao fornecer uma educação de qualidade, ela permite que os indivíduos alcancem seu potencial e contribuam para o desenvolvimento sustentável, tornando-se um dos pilares mais importantes do ODS 4 (SOUZA, 2020).

Em ambientes escolares, a educação ambiental deve ser integrada de forma sistemática e planejada, com o objetivo de aumentar a sensibilidade dos estudantes em relação aos problemas ambientais. O desenvolvimento de habilidades e conhecimentos sobre a sustentabilidade e a conservação ambiental é fundamental para que os alunos estejam preparados para enfrentar os desafios globais do século XXI.

A educação ambiental desempenha um papel crucial na promoção da sustentabilidade e na garantia de um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos. A sua importância se manifesta na concretização do ODS 4, contribuindo para a construção de um mundo melhor para as presentes e futuras gerações.

Dessa forma, a educação ambiental tem como objetivo desenvolver uma consciência ambiental nos indivíduos, de modo que os valores adquiridos reflitam em suas ações diárias, que devem ser direcionadas à conservação do meio ambiente, minimizando os impactos negativos. Além disso, conforme o Decreto nº 4.281, é responsabilidade de instituições públicas e privadas, bem como dos meios de comunicação, contribuir para a promoção da educação ambiental.

A construção de um futuro sustentável depende, em grande medida, da Educação Ambiental. No entanto, a implementação dessa área crucial enfrenta desafios complexos, exigindo ações coordenadas para superá-los e aproveitar as oportunidades que se apresentam.

Um dos maiores obstáculos é a fragmentação do conhecimento. Como apontam Oliveira e Camargo (2019, p. 43), a Educação Ambiental demanda uma abordagem interdisciplinar e transversal, capaz de englobar as diversas dimensões do problema ambiental. Essa integração, que abrange desde as ciências exatas até as humanas, é fundamental para a compreensão holística da temática.

Outro desafio crucial é a falta de recursos. A Agenda 2030 da ONU reconhece a escassez de financiamento como um entrave à implementação de programas e projetos de Educação Ambiental (ODS 4.7). A criação de incentivos financeiros e a disponibilização de tecnologias adequadas são cruciais para superar essa barreira.

Apesar dos desafios, a Educação Ambiental oferece oportunidades valiosas para a construção de um futuro sustentável. O uso de tecnologias digitais se destaca como um importante aliado. Segundo Haydu (2019), essas ferramentas podem disseminar informações e conhecimentos de forma rápida e eficaz, além de oferecer recursos lúdicos, como jogos e aplicativos, para tornar a Educação Ambiental mais atrativa e engajadora.

A integração da Educação Ambiental com outras áreas do conhecimento, como a economia e a política, é outra oportunidade crucial. A Agenda 2030 da ONU defende que a Educação Ambiental deve ser incorporada aos processos de tomada de decisão e planejamento econômico e político, garantindo a consideração dos impactos socioambientais em todas as esferas.

Essa abordagem nos leva a perceber que a Educação Ambiental enfrenta desafios complexos, como a fragmentação do conhecimento e a falta de recursos. No entanto, a utilização estratégica de tecnologias digitais e a integração com outras áreas do conhecimento abrem portas para a construção de um futuro sustentável. A superação dos desafios e o aproveitamento das oportunidades exigem ações conjuntas e investimento contínuo, garantindo que a Educação Ambiental seja um pilar fundamental na construção de um futuro mais justo e sustentável para todos.

Segundo Sachs (2007), o desenvolvimento sustentável, ao entrelaçar questões ambientais, políticas, econômicas, sociais e culturais, se torna sinônimo da conquista dos direitos humanos. A resistência a esse desenvolvimento em suas diversas faces representa, portanto, uma violação a um direito fundamental da humanidade, com a exclusão social como principal indicador dessa violação. Ainda em Sachs, o desenvolvimento integral deve ter como foco o desenvolvimento da sociedade humana, submetendo-se a objetivos éticos, sociais e ecológicos. Em outras palavras, desenvolvimento significa "libertação humana da opressão material" (Sachs, 2007).

Ele ainda relaciona desenvolvimento e democracia, argumentando que ambos se baseiam no exercício da cidadania e na apropriação dos direitos humanos. Assim como a universalidade dos direitos humanos é consenso, a implementação do desenvolvimento sustentável se torna um direito universal de todos os povos. Nesse sentido, analisar os níveis de desenvolvimento exige um olhar atento à condição humana, elemento crucial na formulação de políticas públicas que promovam os direitos humanos (SACHS, 2007).

Leff (2001, p.61/62) afirma que a escola é um dos elementos para que Educação Ambiental se efetive, mas diz também

> *Os princípios da gestão ambiental e de democracia participativa propõem a necessária transformação dos Estados nacionais e da ordem internacional para uma convergência dos interesses em conflito e dos objetivos comuns dos diferentes grupos e classes sociais em torno do desenvolvimento sustentável e da apropriação da natureza. O fortalecimento dos projetos de gestão ambiental local e das comunidades de base está levando os governos federais e estaduais, como também intendências e municipalidades, a instaurar procedimentos para dirimir pacificamente os interesses de diversos agentes econômicos e grupos de cidadãos na resolução de conflitos ambientais, através de um novo contrato social entre o Estado e a sociedade civil.*

Ao integrar temas ambientais em todas as disciplinas e conectá-los à realidade local, a escola contribui para uma visão holística do mundo, permitindo que os alunos compreendam as inter-relações entre os diversos aspectos da vida. Para alcançar esse objetivo, a Educação Ambiental precisa ser implementada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino.

A interdisciplinaridade é fundamental, com a dimensão ambiental presente em todas as disciplinas e atividades escolares. Essa abordagem garante a integração dos alunos em suas comunidades e sociedade, expandindo a Educação Ambiental para além dos muros da escola e permeando todas as esferas sociais.

Essa integração social é crucial para a promoção da preservação ambiental e da conscientização da população sobre a necessidade de buscar o desenvolvimento sustentável. De acordo com Galiazzi e Freitas (2005, p. 135)

> *Reflexões sobre questões metodológicas, sobretudo pesquisa qualitativa, vêm sendo cada vez mais necessárias e presentes no contexto acadêmico e cientifico, indicando um movimento de ressignificação da prática de investigação em Ciências Humanas e Sociais. Nesse cenário, a perspectiva sócio-histórica constitui-se como um enfoque teórico-metodológico profícuo para a área da educação...*

A escola desempenha um papel fundamental na socialização, sendo o espaço onde os indivíduos aprendem normas, valores e comportamentos socialmente aceitos. As práticas e atividades escolares refletem os ideais e expectativas da sociedade, moldando atitudes e valores. A educação ambiental, nesse contexto, se torna crucial para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Ao integrar práticas sustentáveis no cotidiano escolar, desde a coleta seletiva até o uso consciente da água e energia, a escola contribui para a construção de uma mentalidade ambientalmente correta. E é através da educação ambiental, as crianças aprendem a importância da preservação do meio ambiente e desenvolvem habilidades para agir de forma responsável em relação aos recursos naturais, tornando-se agentes transformadores para um futuro mais sustentável.

MATERIAIS E MÉTODOS

É um desafio desenvolver um estudo em agroecologia que esteja integrado aos conteúdos de diversas disciplinas do currículo escolar em todas as etapas da educação básica voltadas para a educação do campo. Essa é uma tarefa coletiva que pode ser incorporada à agenda prioritária dos sujeitos coletivos, conforme já discutido (Caldart, 2015; Gadelha et al, 2015).

Nesse sentido, a pesquisa está pautada na revisão integrativa totalmente bibliográfica e exploratória trazendo como foco compreender a ideologia da educação do campo em beneficio da agroecologia conectados aos ODS numa perspectiva de entender o processo ideológico que se tem dentro das escola do campo (Gadelha et al, 2013)

Será realizada análise documental por entender que é fundamental para aprofundar a compreensão histórica das Escolas do Campo e seu funcionamento em consonância com a outras ideologias que também servirão para justificar e fundamentar essas análises. Conforme afirmam Lüdke e André (1986, p. 25), “a análise documental é uma técnica importante na pesquisa qualitativa."

Os dados foram analisados conforme o método de análise de conteúdo de Bardin (2011), com o auxílio de ferramentas do Microsoft® Office, como Word e Excel, para organizar e sistematizar as informações. Os

resultados foram apresentados de maneira clara e acessível, utilizando citações e outros formatos adequados às exigências do estudo.

Para a elaboração desta pesquisa, as seguintes etapas foram seguidas: (1) formulação da pergunta norteadora; (2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; (3) determinação das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; (4) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; (5) interpretação dos resultados; e (6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

O processo inicial partindo da questão norteadora: como é a ideologia da escola do campo? Como se relaciona a educação do campo e o desenvolvimento de práticas agroecológicas? E por ultimo como abordar os ODS alinhados a educação do campo, como proposta de mudança de paradigma? A segunda etapa consistiu na busca de literatura, realizada entre agosto de 2023 a outubro de 2024, nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Sistema de Atividade Educacional (SAE Digital) e Google Acadêmico.

Partiu-se da análise de diversos artigos buscando respostas as perguntas norteadoras a partir dessa análise buscou-se explicações sobre a ideologia da escola do campo, trazendo as práticas agroecológicas voltadas para a compreensão pautada na revisão integrativa bibliográfica. Após a seleção dos materiais, procedeu-se à leitura analítica, que envolveu a identificação dos principais conceitos, teorias, metodologias e resultados apresentados nos textos. As informações foram organizadas de forma sistemática, categorizadas conforme o enfoque de cada estudo (teórico, empírico, metodológico), permitindo uma visão abrangente e crítica das diferentes abordagens sobre o tema.

A partir da sistematização dos conteúdos, foi elaborada uma síntese crítica, discutindo as contribuições mais relevantes dos autores, destacando convergências e divergências nas abordagens, e identificando lacunas de pesquisa ainda não preenchidas. Essa síntese teve como objetivo aprofundar a compreensão do tema, contribuindo para o desenvolvimento do campo de estudo.

O método bibliográfico foi escolhido por ser adequado à natureza teórica do estudo, que visa entender o estado da arte sobre o tema e construir uma base conceitual sólida. Essa abordagem permite o acesso a um amplo espectro de estudos, favorecendo a análise comparativa e a integração de diferentes perspectivas acadêmicas, sem a necessidade de coleta de dados primários.

A metodologia bibliográfica permitiu realizar uma revisão detalhada do tema, oferecendo uma base sólida para discussões posteriores e contribuindo para a sistematização do conhecimento sobre a questão estudada. A partir dessa pesquisa também, também foi possível entender como os estudos empíricos se beneficiou da estrutura teórica aqui elaborada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que o processo de ensino-aprendizagem no espaço geográfico rural seja eficaz, é fundamental associar os princípios da educação ambiental. Dessa forma, o conhecimento adquirido terá uma aplicabilidade concreta no cotidiano do sujeito do campo, tornando-o um produtor eficiente e sustentável. No entanto, essa efetividade depende diretamente da capacitação docente. Oliveira, Obara e Rodrigues (2007) destacam a falta de preparo dos professores para lidar com essa temática. Segundo os autores, muitos docentes e pedagogos evitam adotar metodologias adequadas para formar cidadãos críticos e com postura ética frente às questões ambientais. Muitas vezes, o próprio Estado se aproveita das fragilidades do processo de ensino-aprendizagem, mantendo uma educação fragmentada, através da homogeneização e manipulação dos educadores, afastando o conhecimento prévio dos alunos e sua realidade local da sala de aula (Ongaro et al., 2018).

Além disso, os educadores que atuam em escolas do campo precisam de formação continuada para atender às demandas de uma educação inclusiva e de qualidade, promovendo o crescimento pessoal dos alunos, que se reflete no contexto educacional. Iervolino e Pelicioni (2005, p.39;Araujo et al, 2024) defendem que a educação continuada deve ser integradora, dinâmica e reflexiva, atendendo às necessidades individuais de desenvolvimento e contribuindo para uma transformação do entorno e uma evolução social (Abreu et al, 2024).

Assim, o estudante do campo pode compartilhar com a população urbana novos modos de convivência com a natureza, promovendo uma articulação entre cidades e campo, além de reafirmar novas ruralidades. Essa ressignificação do ensino está alinhada com os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, que estabelece metas para garantir uma educação de qualidade e inclusiva, promovendo oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos (ONU, 2015, p 46).

Segundo Loureiro (2004, p. 81), a Educação Ambiental

> *a enfatiza a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida. Está focada nas pedagogias problematizadoras do concreto vivido, no reconhecimento das diferentes necessidades, interesses e modos de relações na natureza que definem os grupos sociais e o 'lugar' ocupado por estes em sociedade, como meio para se buscar novas sínteses que indiquem caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos. Baseia-se no princípio de que as certezas são relativas; na crítica e autocrítica constante e na ação política como forma de se estabelecer movimentos emancipatórios e de transformação social que possibilitem o estabelecimento de novos patamares de relação na natureza.*

Sendo assim, trata-se de um conceito em construção, que permanece vinculado ao movimento específico da realidade que o originou. Dessa forma, pode se configurar como uma categoria de análise para a situação ou as práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo quando estas ocorrem em outros contextos e sob diferentes denominações (CALDART, 2012, p.259).

Souza (2011a, p. 32) salienta a ideia de que

> *a concepção de Educação Rural é tão presente quanto a concepção de Educação do Campo que vem sendo delineada na última década no estado e no país. Obviamente a defesa é pela educação do campo;*

> *entretanto, não se pode ignorar a realidade marcante da ideologia da Educação Rural em muitas localidades do estado. Para que tais realidades sejam analisadas cuidadosamente, é imprescindível que as iniciativas governamentais, estaduais e municipais interroguem as práticas arraigadas no cotidiano escolar e suscitem problematizações junto aos professores, para que eles possam gerar outra prática, na qual os sujeitos sintam-se protagonistas do processo social*.

A Educação do Campo alinhada a educação ambiental deve estar integradas, especialmente porque o contexto de pesquisa favorece essa conexão. Essa articulação pode promover um trabalho diferenciado para o público escolar, com ênfase no desenvolvimento de um pensamento crítico, emancipatório e capaz de problematizar a realidade. Assim, visa-se uma práxis social que combine de forma harmoniosa a educação do campo e educação ambiental, em defesa dos interesses e necessidades da coletividade.

É fundamental que as escolas do campo sejam reconhecidas como espaços relevantes para a continuidade da formação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e não mais como lugares à parte, desconectados da vida, do trabalho e das lutas dessas populações. Para isso, os movimentos sociais precisam fortalecer suas ações educativas e reconhecer a importância desse espaço formativo (a escola) na construção de novos sujeitos coletivos.

Sem a pretensão de esgotar a discussão sobre educação do campo e agroecologia, já que as questões são tão diversas quanto os desafios enfrentados, uma aprendizagem essencial para a concepção da escola do campo é que o ponto de partida da prática pedagógica deve ser o mundo humano em toda a sua complexidade histórico-cultural, com suas contradições, ambiguidades e possibilidades (Silva, 2006 p. 24).

Dessa forma, não se trata de criar um novo ideário, como afirmou Caldart (2004), mas sim de extrair das experiências e debates um conjunto de ideias que orientem a reflexão sobre a prática e, mais importante, que possam direcionar e projetar novas práticas e políticas para a educação do campo.

É urgente recuperar a centralidade do trabalho nas análises sobre a educação do campo e os movimentos sociais, entendendo que a educação só pode ser pensada a partir de condições materiais concretas, especialmente nas formas de produção de vida que ofereçam alternativas ao modelo atual. A defesa de uma educação do campo se sustenta no reconhecimento da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que resistem para continuar a produzir suas vidas no espaço rural. Além disso, é fundamental reconhecer que essa realidade precisa ser transformada, considerando o aumento da pobreza, do desemprego, das grandes desigualdades sociais e das dificuldades de acesso a políticas públicas (como saúde, educação, transporte e infraestrutura). Dessa forma, pensar em um projeto de educação do campo exige garantir sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre as escolas do campo e a agroecologia é atualmente necessária e viável, variando conforme as circunstâncias de cada instituição. Embora essa conexão já esteja sendo estabelecida, ela não é automática nem simples. Trata-se de um aspecto central de um projeto de transformação tanto da agricultura quanto da educação e das escolas, visando os interesses sociais e humanos da maioria da população.

O contexto atual é desafiador e, para muitos, parece desfavorável para iniciativas nesse sentido. Estamos sendo vítimas e cúmplices de um processo alarmante de concentração de poder político e econômico, além da intensificação da lógica mercantil capitalista em todas as esferas. Tudo parece estar à mercê da exploração capitalista, muitas vezes até mesmo os limites da vida. Contudo, a história nos ensina que as transformações emergem das contradições que sempre estiveram presentes, e paralisar iniciativas e lutas até que condições ideais surjam não é uma solução.

As contradições se movimentam e amadurecem, e quando se tornam mais acirradas, as pessoas tendem a reagir de forma mais intensa, buscando soluções na raiz do problema. É fundamental valorizar a construção contínua de alternativas, que devem refletir a diversidade dos espaços e dos sujeitos envolvidos, assim como os limites dos momentos históricos enfrentados. Isso garante que o desenvolvimento dessas alternativas seja acelerado quando as condições se tornarem favoráveis. Essa é a nossa responsabilidade no presente, em todas as esferas da vida, com o objetivo histórico, como classe trabalhadora, de promover uma transformação radical nas condições de vida da humanidade.

Aproximar a agroecologia das escolas do campo integra esse movimento mais amplo de transformação social e nos desafia a fazer diferente o que já estamos cansados de fazer, ou melhor, é preciso olha diferente, para o que conhecemos e que muitas vezes, não queremos ver. O que quero dizer é que a educação do Campo ela necessariamente precisa passar pela visão da necessidade de cada comunidade, como também oferecer a criança e adolescente condições para que este se desenvolva e consiga desenvolver sua comunidade. Parece complexo, mas não podemos achar que o esforço não vale a pena. Não conseguimos aprofundar essas relações sem compreendê-las e sem entender a importância de lutar por sua construção. Neste texto, não pretendemos abordar todas as questões envolvidas, mas sim iniciar essa reflexão.

A prática e a teoria estão interligadas, embora apresentem características distintas do ponto de vista analítico e epistemológico. A práxis dos educadores é um elemento central nesse contexto, pois exige lucidez científica em sua área de atuação, assim como domínio de mecanismos e instrumentos que potencializem o processo de ensino-aprendizagem, além de consciência metodológica e procedimental. Esses elementos são fundamentais para um processo de transformação social que contraponha a lógica do capital.

Dessa forma, o educador carrega a responsabilidade histórica de promover mudanças graduais e significativas para a classe trabalhadora dentro de seu contexto social. Para isso, sua postura ética, especialmente no caso do educador do campo, deve convergir com a lógica camponesa, que tem na agroecologia sua raiz. Nesse

sentido, reafirmamos que diversas iniciativas estão em andamento, mas é essencial refletir continuamente sobre nossas ações para situar a escola em um contexto que favoreça uma educação de caráter libertador e emancipatório. Isso implica criar uma "escola sem paredes" que dialogue com a realidade e forneça elementos de reflexão para os movimentos sociais.

Nesse contexto, a educação, entendida como os processos complexos de formação humana, vai além das paredes das instituições escolares. Ela se desenvolve historicamente através do conjunto das relações sociais que constituem as amplas interações entre sociedade e natureza. No entanto, com a organização histórica da economia baseada na indústria, como mencionado anteriormente, os territórios camponeses foram, de certa forma, afetados por essa lógica. Isso resultou em um cenário atual igualmente complexo, que demanda uma superação contínua.

REFERÊNCIAS

Abreu, L. P. M., de Medeiros, A. C., da Silva, R. J. N., Rocha, M. Z. S., dos Santos, S. M. P., de Sousa, M. A. A., ... & Chaves, A. D. C. G. (2024). A sustentabilidade e a transversalidade nas escolas rurais de Canindé-CE. *Journal of Agroindustry Systems*, *7*(1), 253-269.

Alves, R. A. R., Eckert, N. H., Peranzoni, V. C., & Palmeiro, P. G. (2024). ARTE INCLUSIVA: CULTIVANDO A SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO. ***Boletim de Conjuntura (BOCA)*****,** ***19*****(55), 208-226.**

Araújo, R. D., Danta, J. S., Maracaja, P. B., de Medeiros, A. C., & da Silva, R. A. (2024). A apicultura no semiárido: Santa Luzia–PB–Brasil. *Revista Científica Integr@ ção*, *5*(1), 148-195.

Araújo, F. A., Leite, D. T., Sousa, L. C. F. S., de Albuquerque Fernandes, A., & Maracajá, P. B. (2011). Etnobotanic and etnovet in jacu settlement in municipality of Pombal, Paraiba, Brazil. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, *6*(4), 25.

AGENDA 2030. (2015). **ODS – Objetivos do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/>. Acesso em: 15 de setembro de 2024

Almeida, M. F. L. **Sustentabilidade Corporativa, Inovação Tecnológica e Planejamento Adaptativo: dos Princípios à Ação**. 2006. 259 f. Tese (Doutorado em Engenharia Industrial) – Departamento de Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Altieri, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentáv**el. 2ª ed. Porto Alegre: ed. Universidade, 2000

Arroyo, M. G.; Caldart, R. S.; Molina, M. (Org.). **Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Volume 5. Brasília, 2004.

Borges, I. M. S., de Macêdo Neto, L., Maciel, R. C. G., Silva, V. F., de Amorim, J. C., da Silva Filho, V. G., ... & de Queiroz Firmino, L. (2024). Desenvolvimento sustentável na Paraíba: considerações a partir de indicadores de sustentabilidade aplicados. *Caderno Pedagógico*, *21*(7), e5754-e5754.

BRASIL. Câmara dos Deputados. CNUMAD - **Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento: de acordo com a Resolução n. 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 472p. (Série Ação Parlamentar, n.56).

BRASIL. Ministério do Meio. **Agenda 21**. Brasília: Portal do MMA, [19--?]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/569?Itemid=670>. Acesso em: 12 jul. 2012.

BRASIL. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: abril, 2023.

BRASIL. **Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 25 de junho de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 02 de maio de 2024.

BRASIL. Nações Unidas no Brasil. **A ONU e o meio ambiente**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 12 jul. 2013. BRASIL. Secretaria geral. Declaração final da cúpula dos povos na Rio+20. Brasília, 2012. Disponível em: http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos- na-rio20-2/>. Acesso em: 12 jul. 2012.

Buarque, S. C. **O que é educacionismo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Rio+20: desafios e perspectivas**. IHU on-line. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ano 11, n.384, 2011. Disponível em: http://fmclimaticas.org.br/sistema/publicacoes/arquivos/Edicao384%20IHU-%20Rio_20%20desafios%20e%20perspectivas.pdf. Acesso em: 12 jun. 2013

Caldart, Roseli Salete. ***Escolas do campo e Agroecologia*: *uma agenda de trabalho com a vida,*** 2015, mimeo.

Dantas, B. L., Liberalino Filho, J., Lira, J. D., Maracajá, P. B., & Diniz Filho, E. T. (2007). A agroecologia nos assentamentos de Moaci Lucena, Sítio do Góis e Vila Nova em Apodi-RN. *Infotecnarido, Mossoró*, *1*, n1p.

Freitas, R. A. C., Sizenando Filho, F. A., Maracajá, P. B., Diniz Filho, E. T., & de Lira, J. F. B. (2007). Estudo florístico e fitosociológico do extrato arbustivo-arboreo de dois ambientes em Messias Targino divisa RN/PB. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, *2*(1), 135-147.

Gadelha, C. S., Junior, V. M. P., Bezerra, K. K. S., Pereira, B. B. M., & Maracajá, P. B. (2013). Estudo bibliográfico sobre o uso das plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, *8*(5), 27.

Gadelha, C. S., Junior, V. M. P., Bezerra, K. K. S., Maracajá, P. B., & Martins, D. S. (2015). Utilização de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais em diferentes segmentos da sociedade. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, *10*(3), 32.

Galiazzi, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de (org.). **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental.** Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

Gliessman, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2ª. ed., Porto Alegre: Universidade-Editora da UFRGS, 2000.

Guerra, A. M. N., da Cunha Neto, J. R., Marques, J. V. D. A. D., de Freitas Pessoa, M., & Maracajá, P. B. (2007). Plantas medicinais e hortaliças usadas para cura de doenças em residências da cidade de Mossoró, RN. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, *2*(1), 70-77.

Haydu, Verônica Bender et al. **Funções de estímulos pré-experimentais na formação de classes de equivalência. Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, 2019.

Kropotkin, P. A. **Anarquia: sua filosofia, seu ideal**. São Paulo: Imaginário, 2001. (Coleção Escritos Anarquistas).

Leff, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental.** Porto Alegre, v. 3. n. 1. Jan/Mar: 2002.

Leff, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Marian Vieira, M. G., Iza, O. B., Goetten, G. I., & Cesário Pereira, Y. C. (2021). Multiatividades na perspectiva agroecológica: contribuições aos objetivos de desenvolvimento sustentável. **Rev. Ciênc. Ext. v.17, p.1-19, 2021.**

Lourenço, A. B., da Silva, G. M., Batista, A. J. G., Musetti, K. C. P., de Carvalho, P. P., Dictoro, V. P., & Malheiros, T. F. O Ensino de Química e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: um estudo das produções do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais. *Futuro do Pretérito na Celebração do Ano Internacional das Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO: Reflexões a partir do Ensino de Química, Educação Química, Sustentabilidade e a Semana de Arte Moderna no Brasil*. Quím. nova esc. – S**ão Paulo-SP, BR. Vol. 44, N° 2, p. 183-193, MAIO 202. (2022).**

Linhares, P. C. F., Maracajá, P. B., Pereira, M. F. S., de Assis, J. P., & de Sousa, R. P. (2014). Roostertree, Calotropis procera, under different amounts and periods of incorporation on yield of coriander. ***Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, *9*(3), 7-12.**

Oliveira, A. L., Obara, A. T. & Rodrigues, M. A. (2007). **Educação ambiental: concepções e práticas de professores de ciências do ensino fundamental**. Revista Electrónica de Enseñanza de lãs Ciencias, (online) 6 471 - 491. Recuperado de http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen6/ART1_Vol6_N3.pdf.

Ongaro, M. D., Schirmer, G. J. & Meurer, A. C. (2018). **Uma Análise da Educação Ambiental em uma Escola do Campo no Município de Agudos** - RS. Revista Formação (ONLINE). 25 (44), 15 - 33.

Rocha Filho, G. M., Maracajá, P. B., dos Santos, S. M. P., de Medeiros, A. C., Melo, W. F., Rocha, M. Z. S., ... & de Abreu, L. P. M. (2024). A importância do programa nacional de alimentação escolar para as escolas públicas municipais de Canindé-CE. *Journal of Agroindustry Systems*, *7*(1), 234-152.

Rodrigues, M. D. F. F., da Silva, C. S. V., Salomé, M., Maracajá, L., de Sena, L. P., de Brito Júnior, F., & dos Santos, C. (2007). Agricultura orgânica e feira agroecológica com estratégias de complementação de renda em assentamentos rurais da zona da mata paraibana. *Encontro de Extensão da Universidade Federal da Paraíba*, *10*.

Sachs, Ignacy. **Estratégias de transição para o Século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

Silva, M. R. F., Farias, C. A., da Silva, M. D. C. F., Dutra, G., & Soares, M. Y. T. Hortas escolares e interdisciplinaridade nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**.** ***REMATEC*****,** ***18*****(45), e2023010-e2023010. (2023).**

Silva, L. S. & Henning, P. C. (2019). **Problematizando o campo de saber da educação ambiental. Pro-Posições**. 30.Campinas/SP, Brasil. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072019000100539&lng=en&nrm=iso.

Souza, Fernanda Rodrigues da Silva. **Educação e Sustentabilidade: Uma intervenção emergente na escola**. n. 3. vol. 15. São Paulo: **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, 2020

Teixeira, A. S. **Pequena introdução à filosofia da educação**. Salvador: Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, 1968. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/eng/livro5/chama_nota.html>. Acesso em: 12 jul. 2012.

_____. **Condições para a reconstrução educacional brasileira.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1953. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/condicoes.html>. Acesso em: 12 jul. 2012.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** UNESCO 1990.

UNESCO. **Educação para todos**: o compromisso de Dakar. Dakar, Senegal: UNESCO, 2000.

UNESCO. **Marco da educação 2030**: Declaração de Incheon. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2015.